
Análise dos mecanismos de participação social nos municípios de São Bernardo do Campo - SP e Santo André – SP¹

Queli Cristina Jonas Garcia ²

Resumo

Em um país com recente história democrática e de descentralização, com pontuais experiências de formatos e estruturas que viabilizem maior aproximação popular às instâncias públicas decisórias, é de fundamental importância analisar as formas de participação popular e controle social, repensando práticas mais condizentes com a natureza democrática das instituições. Para a viabilidade do processo democrático participativo é imprescindível a consideração ao pluralismo da sociedade civil, bem como a previsão de um sistema jurídico e político que respeite as perspectivas multidisciplinares dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, a capacidade de transformar informação em conhecimento, tempo suficiente para a realização do processo popular deliberativo, disponibilidade do maior número de informações pertinentes ao debate e contexto apropriado para que o melhor julgamento sobressaia. Os riscos e limites da participação também precisam ser evidenciados para que os mecanismos e instrumentos da democracia participativa desenvolvam políticas públicas efetivas, que contem com uma produtiva interação entre poder público e sociedade civil. Nesse contexto, examinaremos uma das peças orçamentárias elaboradas com

¹ Dissertação para o Mestrado em Ciências Humanas e Sociais – Linha de Pesquisa: Estado e Políticas Públicas. Universidade Federal do ABC - UFABC. Orientador: Prof. Dr. Marcos Vinicius Pó.

² Telefone: (11) 98960-3400. E-mails: quelicris@hotmail.com; queli.garcia@aluno.ufabc.edu.br

a participação popular, o plano plurianual participativo de São Bernardo do Campo - SP, bem como o mecanismo virtual de participação adotado no município de Santo André- SP, analisando o impacto dessas estruturas sobre as políticas públicas formuladas, a adesão popular, o formato estabelecido pelo ente federativo e sua correspondência com os interesses e pautas populares e a mudança de comportamento cívico para assim compreender as regras que vigem, a natureza das instituições que as compõem e o alcance de suas atividades. O referencial teórico será Holanda, Faoro, Carvalho, para breve análise do contexto histórico, político e social brasileiro; Avritzer, Putnam, Gohn e Subirats para nos ajudar na análise da coesão da sociedade civil, no capital social, nos espaços sociais para participação, no empoderamento do cidadão, e para tratarmos da democracia participativa nos reportaremos a Sartori, apenas para citar alguns exemplos. Não basta erigirmos a democracia popular e os formatos participativos em termos quantitativos, apenas; dar enfoque ao maior número de participantes, sem considerarmos as condições qualitativas que devem estar presentes em todo o processo: a começar pelas informações, que necessariamente deve ser um canal de “mão dupla”, dirigidas ao poder público e ao cidadão, ou seja, que as pessoas possam levar ao órgão público suas demandas, sugestões, dúvidas, e, ao mesmo tempo, que o cidadão possa cientificar-se das decisões e ações públicas em tempo hábil de se manifestar. A relação entre cidadãos e Estado precisa ser trabalhada e aprimorada, ainda que esta interdependência traga em seu bojo ideias, normas e mecanismos que por vezes se contradigam e se confrontem, é preciso valorizar o debate, agregar atores diversos e convicções complexas e díspares, porque representativas de pessoas portadoras de direitos e obrigações que fazem parte do seio social. O Poder Público não pode se abster de oportunizar espaços e mecanismos

para o encontro destas relações, ainda que nele se concentrem um campo de contradições individuais, sociais, políticas, culturais, econômicas e estruturais, há instrumentos possíveis e eficazes para alternar a coercitividade, a facilitação, a técnica e o conhecimento comum, porque das diferenças surgem formas inovadoras de se pensar as relações sociais e políticas. A abrangência das questões comporta um recorte estrutural epistemológico para viabilizar a análise e as implicações do modelo a ser analisado. Assim, adotamos os modelos de participação social das cidades de São Bernardo do Campo - SP e Santo André - SP, mais especificamente em relação às plenárias populares e às redes de comunicação que vem sendo utilizadas como espaços públicos para o exercício da democracia participativa. De toda avaliação pode resultar que os modelos de participação em análise sejam reconhecidos como processos em construção, ou, mesmo, instrumentos ainda não compreendidos como mecanismos de fortalecimento do vínculo entre poder público e cidadão - expondo restrições ao pleno processo de democratização da participação. Qualquer dessas hipóteses não infirma a proposição de que a participação social é meio necessário ao fortalecimento da democracia porque permite aprimorar os instrumentos de gestão, gerando transparência, controle social, crédito às instituições e maior aproximação do povo às instâncias decisórias do Poder Executivo.

Palavras Chave: Plano Plurianual Participativo, Participação social, Democracia participativa, controle social

Referências

ABRUCIO, F.L.; PEDROTI, P.; PÓ, M.V. “A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas” *in* LOUREIRO, M.R.; ABRUCIO, F.L.; PACHECO, R.S. (org.) **Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, 392 p.

AVRITZER, L. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático.** Revista Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, pp. 43-64.

CARVALHO, J. M.. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 1º vol. 6ª Ed. Porto Alegre, Globo, 1984.

GOHN, M.G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** Revista Saúde e Sociedade, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago 2004.

HOLANDA, S. B. “O Homem Cordial” e “Novos Tempos” in **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PUTNAM, R. “Capital social e desempenho institucional” in **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada. Volume I – O debate contemporâneo.** São Paulo: Editora Ática, 1994.

SILVA, V.R. Controle social de políticas públicas – uma reflexão sobre os resultados da pesquisa in PEDRINI, D.M.; ADAMS, T.; SILVA, V.R. (org.). **Controle social de políticas públicas: caminhos, descobertas e desafios.** São Paulo: Paulus, 2007, pp. 179-205.

SUBIRATS, J. **Otra sociedad? Otra Política? De “no nos representan” a la democracia de ló común.** Barcelona: Icaria Editorial, 2011.

UGARTE, P.S. Que participação para qual democracia?. p. 93-106 in COELHO, V.S.P.; NOBRE, M. (organizadores). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Ed. 34, 2004.

WAMPLER, B.; AVRITZER, L. Públicos Participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático, p. 210-238, in COELHO, V.S.P.; NOBRE, M. (organizadores). **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Ed. 34, 2004.